

PREGÃO ELETRÔNICO Nº UNCISAL-06/2009

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (MICROTOMO ROTATIVO DE ALTA PERFORMANCE)

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 22/09/2009, às 09 horas.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 22/09/2009, às 09 horas.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL-06/2009

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (MICROTOMO ROTATIVO DE ALTA PERFORMANCE)
DESTINADO AO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO-UNCISAL

PREÂMBULO

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS -UNCISAL, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Indireta do Estado de Alagoas, inscrita no CNPJ n.º 12.517.793/0001-08, com sede à Rua Jorge de Lima, n.º 113, Trapiche da Barra, CEP: 57010-300, Maceió, Alagoas, através do Pregoeiro instituído pela Portaria n.º 153/2009 publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas, edição do dia 7 de julho de 2009, torna público para conhecimento dos interessados de acordo com o processo n.º 41010-6139/2009, na forma da legislação pertinente a licitações e contratos administrativos. fará realizar VIA INTERNET, provedor do Banco do Brasil, site www.licitacoes-e.com.br licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço global, objetivando a contratação de empresa especializada para aquisição de Equipamento (Micrótomo Rotativo de Alta Performance) destinado ao Serviço de Verificação de Óbito/UNCISAL, conforme especificado neste Edital e mediante condições contidas no Decreto Estadual n.º 1.424 de 22 de agosto de 2003, Lei Federal n. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 6.582 de 18 de março de 2005 e Decreto Estadual n.º 2.750 de 26 de agosto de 2005, Lei Complementar 123/2006, Decreto Estadual 4.123/2009, Decreto Estadual 4.054/2008, subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações estabelecidas nas Leis Federais 8.883/94, 9.648/98 e 11.196/05 e Lei Estadual nº 5.237/91.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio do aplicativo Licitações-e, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Poder Executivo do Estado de Alagoas, denominado Pregoeiro, e membros da equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo constante da página eletrônica <u>www.licitacoes-e.com.br.</u>

Os participantes deste Pregão terão como referencial de tempo obrigatoriamente o horário de Brasília /DF.



1.0. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para aquisição de Equipamento (Micrótomo Rotativo de Alta Performance) destinada ao Serviço de Verificação de Óbito - UNCISAL, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

2.0 DO ENDEREÇO ELETRÔNICO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

- 2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, no endereço eletrônico, data e horário abaixo descriminados:
- 2.1.1. ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br
- 2.1.2. DATA: dia 22 de setembro de 2009.
- 2.1.3. HORÁRIO: 09 h (Horário de Brasília)
- 2.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

3.0 DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

- 3.1 São partes integrantes deste Edital:
- ANEXO I Especificação e quantidade do Objeto.
- ANEXO II Modelo de Proposta.
- ANEXO III Minuta de Contrato de fornecimento.
- ANEXO IV Declarações de habilitação
- ANEXO V Modelo de Declaração de enquadramento como ME ou EPP;



4.0 DA PARTICIPAÇÃO

- **4.1**. Não poderão participar as empresas ou instituições das quais participem dirigentes ou servidores das entidades promotoras desta licitação, relacionadas no preâmbulo.
- **4.2**. Não poderão participar como licitante ou como representante legal de licitante servidores das entidades promotoras desta licitação, relacionadas no preâmbulo deste Edital.
- **4.2.1.** São considerados servidores, para este Edital, aqueles que exercem, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público na Administração Direta ou Indireta do Estado de Alagoas.
- **4.3**. Não poderão participar as empresas ou instituições que se encontrem sob falência, concordata ou recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou ainda, que tenham sido declaradas inidôneas ou estejam punidas com suspensão do direito de licitar com a Administração Pública.
- **4.4.** Não poderão participar as empresas, inclusive suas filiais, que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, e/ou empresas que tenham diretores, acionistas (com mais de 5% de participação) ou representantes legais comuns e as que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou a subsidiem.
- **4.5**. Não poderão participar desta licitação empresas que estejam inadimplentes com a Fazenda Pública Estadual.
- **4.6**. Não serão admitidas nesta licitação empresas que operem sob regime de consórcio, nem a subcontratação total ou parcial do fornecimento objeto deste Pregão.

5.0 DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento far-se-á diretamente no site do Banco do Brasil, no sistema "Licitações-e". O interessado poderá acessar o site www.licitacoes-e.com.br, clicar na opção "Solicitação de Credenciamento nas licitações", preencher os formulários constantes do mesmo, imprimir o "Termo de Adesão ao Regulamento" e o "Termo de Nomeação do representante", que, após assinados, deverão ser entregues em qualquer agência do Banco do Brasil, que o concederá chave de identificação e de senha, privativa e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.



- **5.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- **5.3.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **5.4**. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- **5.5.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, para que essa possa gozar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso.
- **5.5.1**. Caso o Proponente já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema. Para tanto, deverá dirigir-se à qualquer agência do Banco do Brasil.
- **5.5.2.** Caso não haja a indicação de "ME" ou "EPP", na forma do **item 6.5**, as Proponentes poderão participar do procedimento licitatório, sem direito, entretanto, à fruição dos benefícios previstos no art. 42 e seguintes da Lei Complementar nº 123/2006.
- **5.6.** A participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subseqüente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limites estabelecidos.

6.0. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- **6.1**. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo-as como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- **6.2.** Incumbirá ainda ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



- **6.3**. Caso haja desconexão do Pregoeiro, junto ao sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- **6.3.1** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro, por meio eletrônico, aos participantes.
- **6.4.** A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subseqüente encaminhamento das propostas de preços até às 09 horas do dia 22/09/2009, última hora útil possível antes da abertura da sessão do pregão, fixada para o dia 22/09/2009 às 09 horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- **6.5**. A Proposta de Preços da(s) licitante(s) vencedora(s) contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado deverá ser formulada e enviada através do fac-símile (fax) (0xx82) 3315-6713 e 3315-6741, num prazo de até 40 (quarenta) minutos após o encerramento da etapa de lances, atualizada em conformidade com os lances eventualmente ofertados, com posterior encaminhamento do original, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data do encerramento da sessão pública.

7.0 DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

7.1. DA SESSÃO

- **7.1.1.** A partir do horário previsto no **item 2.1.3** deste edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, pelo site já indicado no preâmbulo, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 7.1.1.1. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.1.2.1. Serão aceitos lances intermediários aos últimos lances que tenham sido anteriormente registrados no sistema.
- 7.1.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



- **7.1.4.** No decorrer da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- **7.1.5**. O Pregoeiro encerrará a etapa de lances por si controlada, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances, respeitando-se o intervalo de até 30 minutos para a recepção dos mesmos.
- 7.1.6. Após etapa de lance de acordo com o item 7.1.5 será iniciada a etapa de lances aleatória, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, o chamado tempo randômico, identificando o sistema a melhor oferta.
- 7.1.7. Após encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro verificará se ocorreu empate, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, entre o lance mais bem classificado e os lances apresentados por empresas com direito ao tratamento diferenciado.
- 7.1.8. Considerar-se-ão empatados todos os lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais bem classificado.
- 7.1.9. Não ocorrerá empate quando o melhor lance tiver sido apresentado por empresa que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.1.10. Ocorrendo empate nos termos do disposto nos itens 7.1.7 e 7.1.8, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) O Pregoeiro verificando a existência de empresa(s) enquadrada(s) no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, no intervalo citado no **item 7.1.8**, convocará, no sistema "licitações-e", a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada para apresentação de proposta de preço inferior à primeira classificada;
- b) A convocação deverá ser atendida no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito, através do sistema eletrônico, e havendo a apresentação de preço inferior pela mesma, essa passará à condição de primeira classificada no certame, não importando a realização de nova etapa de lances;
- c) Não ocorrendo o interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma das alíneas "a" e "b" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos **itens 7.1.7 e 7.1.8** deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e



- d) No caso de igualdade dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **item 7.1.8**. deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência, através da apresentação de melhor oferta;
- e) O sorteio previsto na alínea "d" deste item será realizado na presença dos licitantes, em data previamente estabelecida na sessão eletrônica.
- **7.1.11**. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no **item 7.1.10** deste edital, voltará à condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço por lote originalmente apresentada.
- 7.1.12. Após a identificação do licitante melhor classificado na fase de lances, o(a) pregoeiro(a) registrará solicitação para que seja procedida a remessa da proposta ajustada na forma estatuída no subitem 7.1.7 deste edital, para que este possa decidir acerca da aceitabilidade da proposta.
- 7.1.13. Antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando-se os critérios de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- **7.1.14**. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.
- 7.1.15. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- **7.1.16**. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- **7.1.17**. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro efetuará consulta no SICAF a fim de verificar a validade das certidões de habilitação fiscal.
- 7.1.17.1. A habilitação fiscal (caso a empresa não seja cadastrada no SICAF), e os demais documentos de habilitação requeridos no **item 7.3**, devem ser enviados via fac-símile (fax), em até 40 (quarenta) minutos do encerramento da fase de lances e classificação, conforme solicitação do Pregoeiro, com posterior envio em original, nos termos do **item 7.3.1.6.2**.



- 7.1.18. As licitantes que se enquadrem como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/06, identificadas na forma do item 7.1.7. deste Edital, terão de encaminhar nos termos do item 7.1.17.1 toda a documentação de habilitação exigida no item 7.3, sendo que em relação à sua regularidade fiscal requerida no item 7.3.1.2. poderá apresentar documentação que aponte restrição.
- 7.1.18.1. As ME ou EPP, quando apresentarem documentação de regularidade fiscal com alguma restrição, terão um prazo de O2 (dois) dias úteis, contados a partir de sua declaração como vencedora considerada esta ocorrida logo após a fase de habilitação, conforme documentos recebidos por fax para regularização da situação e comprovação documental desta junto ao Pregoeiro.
- 7.1.18.2. As ME ou EPP que tiverem interesse poderão solicitar, por escrito e motivadamente, a prorrogação do prazo estabelecido no subitem 7.1.18.1 por mais 02 (dois) dias úteis.
- **7.1.18.3**. Na hipótese do **subitem 7.1.18.1**, a sessão pública eletrônica será suspensa, para retorno no 1º (primeiro dia) útil subseqüente ao término do prazo para saneamento da habilitação, ou em outra data posterior informada pelo Pregoeiro no chat de conversação da sessão pública eletrônica.
- 7.1.18.4. Caso não haja regularização conforme disposto no subitem 7.1.18.1, no retorno da sessão pública eletrônica a empresa será inabilitada e a ela serão aplicadas as sanções administrativas previstas neste edital e seus anexos, sendo convocadas as empresas seguintes na ordem de classificação.
- 7.1.19. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos.
- **7.1.19.1.** O envio postal da proposta e da documentação de habilitação, *em original*, deverá ser realizado em envelope lacrado, contendo no frontispício a identificação os seguintes dizeres:

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA DAÚDE DE ALAGOAS- UNCISAL COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A/C.: SR PREGOEIRO JORGE MARIO BARBOSA DE CARVALHO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL-06/2009

PROCESSO N.º 4110-6139/2009



OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (MICRÓTOMO ROTATIVO DE ALTA PERFORMANCE) DESTINADO AO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO/UNCISAL Identificação do Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)

- 7.1.20. Ao apresentar sua proposta e ao formular lances, o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:
- **7.1.20.1**. o material ofertado deverá atender a todas as especificações constantes do Anexo I deste edital.
- 7.1.21. As propostas de preços deverão ser datilografadas ou digitadas em formulário contínuo da empresa, redigidas em linguagem clara, sem emendas rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e/ou rubricadas em todas as folhas pelo representante legal da licitante e deverá conter:
 - a) marca e especificações técnicas do material cotado;
- **b)** preços unitários, e totais em algarismos, expressos em moeda corrente nacional, relativos aos itens cotados, já inclusos todos os tributos, fretes, seguros, e quaisquer outras despesas inerentes ao fornecimento dos produtos. Em caso de discordância entre os preços unitário e total, prevalecerá o UNITÁRIO;
- c) o prazo de entrega será de no máximo até 30 (trinta) dias , a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho;
- **d)** prazo de validade da proposta que será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data prevista para a abertura das propostas;
 - e) indicação da conta bancária do licitante (banco, agência e número da conta corrente);
- **f)** declaração expressa do licitante de estar de acordo com todas as normas e condições deste Pregão e seus anexos;
- **g)** declaração do licitante de estarem incluídos nos preços todos os custos e despesas, taxas e seguros, desembaraço aduaneiro, etc., incidentes no fornecimento do objeto licitado;
- h) A licitante que se enquadre como Micro Empresa ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP, identificada nos termos do item 7.1.7, deve juntar declaração à proposta comercial, sob as penas da lei, de tal condição. Declaração conforme Modelo do Anexo V deste



Edital, acompanhada da Certidão Simplificada fornecida pela Junta Comercial do domicílio da licitante.

- 7.1.22 Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros ou equívocos e omissões havidos nas cotações de preços, serão de inteira responsabilidade do proponente, bem como as conseqüências deles advindas.
- 7.1.23 As propostas que omitirem seu prazo de validade e/ou de fornecimento, fica estabelecido que os mesmos serão os estipulados nesta peça convocatória, nos item 7.1.21, alíneas "c" e "d", respectivamente. Tal circunstância não ensejará desclassificação.

7.2. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.2.1. Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:
 - a) forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;
- **b)** apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;
 - c) apresentarem preços total ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
 - d) apresentarem proposta alternativa.
- **7.2.2.** Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo licitante que a tiver formulado, das condições habilitatórias:
- a) com base no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF e documentação complementar exigido no edital; ou
 - b) no caso dos não cadastrados, da documentação exigida no edital.
- **7.2.3**. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital, e seus anexos, efetuada pelo menor preço por item.
- 7.2.4. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a



apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o (item) objeto deste edital e seus anexos;

- **7.2.5**. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes.
- **7.2.6.** Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada;
- 7.2.7. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos;
- **7.2.8.** O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele(a) estipulado, contado do recebimento da convocação;
- **7.2.9.** Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- **7.2.10**. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- **7.2.11**. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, e conseqüentemente não cumprir as obrigações contraídas, será aplicada a regra estabelecida no subitem anterior.
- **7.2.12**. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- **7.2.13**. Após a abertura das propostas não serão admitidos pedidos de cancelamento, retificação de preços ou de quaisquer outras condições oferecidas.
- **7.2.14**. Faculta-se ao Pregoeiro a solicitação de amostras referentes aos itens do objeto desta licitação, para verificação de suas características e de sua aceitabilidade, em prazo razoável.



7.3. DA HABILITAÇÃO

- 7.3.1. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá:
- 7.3.1.1. estar cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, SICAF, e com toda a documentação em plena validade;
- 7.3.1.2. os interessados não cadastrados no **SICAF** deverão apresentar a seguinte documentação, em original ou cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor que realize a licitação, perfeitamente legível, juntamente com as cópias que serão juntadas aos autos, os seguintes documentos:
- a) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal da sede da licitante através de:
- **a.1**. Certidão conjunta de Quitação de Tributos Federais e Negativa quanto a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, com validade na data de realização da licitação;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da licitante através de certidão negativa de débitos, com validade na data de realização da licitação;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante através de Certidão de Quitação de Débitos Municipais, com validade na data de realização da licitação.
- d) Prova de Regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, através de:
- d.1. INSS Certidão Negativa de Débitos CND, com validade na data de realização da licitação; e
- **d.2**. FGTS Certidão de Regularidade de Situação CRS fornecido pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de realização da licitação.
- **7.3.1.3**. as empresas inscritas no **SICAF** terão seu cadastramento, documentação obrigatória e habilitação parcial confirmados mediante consulta *on line* ao Sistema, com a devida impressão do documento verificador:
- **7.3.1.3.1.** caso a validade dos documentos citados no subitem anterior esteja vencida no SICAF, o Pregoeiro poderá consultar diretamente as páginas dos órgãos emissores na internet, para confirmação da regularidade, se for o caso, bem como a própria licitante apresentar a regularidade na sessão.



- **7.3.1.3.1.1.** Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito.
- **7.3.1.4**. Todos os licitantes, cadastrados ou não no **SICAF**, também deverão apresentar a seguinte documentação para fins de habilitação:
- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) ATESTADO fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove aptidão da LICITANTE para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- f) Declaração de inexistência de fato impeditivo para sua habilitação, conforme ANEXO IV deste Edital:
- g) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e somente a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal de 1988 (Lei Fed. n° 9.854/99), conforme ANEXO IV deste Edital;
- h) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo cartório de distribuição da sede do licitante, dentro do prazo de validade, na data da realização da licitação.
- **7.3.1.5**. No caso de o licitante possuir filial, a documentação apresentada deverá referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz, salvo disposição legal em contrário, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.



- 7.3.1.6. Os documentos referentes aos itens 7.3.1.2 e 7.3.1.4 deverão ser encaminhadas por meio de fax, após o encerramento dos lances, no prazo de até 40 (quarenta) minutos a contar da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.
- **7.3.1.6.1.** O número do fax para encaminhamento dos documentos citados acima será informado ao licitante vencedor, via sistema, imediatamente após o término dos lances eletrônicos.
- **7.3.1.6.2.** Os documentos enviados via fax e exigidos neste Edital deverão ser entregues ao Pregoeiro no endereço Rua Jorge de Lima, n.º 113, Trapiche da Barra, Comissão Permanente de Licitação da UNCISAL, Bairro do Trapiche da Barra, CEP 57010-300, Maceió-AL, no prazo de até 05 (cinco) dias da data de recebimento do fax, informando o número da licitação, Pregão Eletrônico n.º UNCISAL-06/2009.

8.0 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. A adjudicação do objeto será feita pelo Pregoeiro, no final da sessão e registrado em ata.
- **8.2**. No julgamento das propostas, o Pregoeiro levará em conta, no interesse da Administração Pública, o critério do menor preço, sendo a sua adjudicação (por preço global).
- **8.3**. Após a adjudicação ao vencedor, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o procedimento será submetido à Autoridade Superior, para homologação e contratação.
- **8.4**. Para fins de homologação, obrigar-se-á a licitante declarada vencedora a apresentar proposta de preços adequada ao preço ofertado na etapa competitiva, no prazo previsto na parte final do item **6.5**.

9.0 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, ou representante legal de empresa devidamente autorizado, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão; devendo entregar, na entidade que promove a licitação, o ato de impugnação devidamente assinado pelo representante legal da interessada, com a cópia da procuração ou instrumento de conferência de poderes.



- 9.1.1. Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição em até 24 (vinte e quatro) horas.
- **9.1.2**. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10.0 DOS RECURSOS

- 10.1. Declarado o vencedor e ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro no sistema eletrônico, reduzida a termo em ata, da síntese das suas alegações, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões, em prazo comum a todos, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 10.2. A falta de manifestação, imediata [no prazo de 10 (dez) minutos] e motivada, do licitante implicará a decadência do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto pelo o Pregoeiro ao vencedor.
- 10.3. Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.
- 10.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5. Caso o Pregoeiro não reconsidere sua decisão, quanto ao recurso administrativo eventualmente interposto, este recurso, devidamente acompanhado das razões que ensejaram o não provimento, será levado à consideração da autoridade superior competente que proferirá decisão definitiva, procedendo à Adjudicação do objeto do certame a licitante vencedora e à homologação do referido procedimento.

11.0 DA CONTRATAÇÃO

11.1. A contratação do objeto da presente licitação será efetuada conforme as condições estabelecidas neste Edital e Anexos, independentemente de transcrição na nota de empenho, bem como a documentação e a proposta da licitante vencedora, naquilo que não contrariar os termos deste, com previsão de adaptação às normas vigentes.



- 11.2. Como condição para celebração do contrato, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação.
- 11.3. A empresa classificada em primeiro lugar, declarada vencedora, será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação.
- 11.3.1. A empresa vencedora sendo convocada, e não comparecendo para assinar o contrato, ou não comprovando que mantêm as condições de habilitação, será convocado outro licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.
- 11.4. Se a licitante vencedora recusar-se a entregar o objeto adjudicado, será convocada outra licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções penais cabíveis.
- 11.5. Ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem a convocação para a contratação.

12.0 DA EXECUÇÃO

- 12.1. A execução do contrato será efetuada conforme as condições estabelecidas neste Edital e Anexos, independentemente de transcrição na nota de empenho, bem como a documentação e a proposta da licitante vencedora, naquilo que não contrariar os termos deste, com previsão de adaptação às normas vigentes.
- 12.2. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão com as conseqüências contratuais previstas neste instrumento convocatório e seus anexos, reconhecendo desde já, a empresa licitante, os direitos da Administração.

13.0 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 13.1. O objeto desta licitação inclui o compromisso de entrega na cidade de Maceió/AL, À Rua Jorge de Lima, 113 Trapiche da Barra não podendo exceder 30 (trinta) dias, a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho.
- 13.2. O objeto desta licitação será recebido por servidores da UNCISAL, conforme descrito abaixo:



- a) provisoriamente, contra recibo, para posterior exame e comprovação de sua conformidade com as especificações do Edital;
- b) definitivamente, depois de confirmada a qualidade do objeto e sua conseqüente aceitação.
- 13.3. Caso a data do recebimento coincida com dia em que não haja expediente na Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas ficará automaticamente transferido para o primeiro dia útil imediatamente posterior.
- 13.4. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá a responsabilidade legal do adjudicatário pela qualidade do objeto fornecido.
- 13.5. O embargo do recebimento definitivo do objeto por parte da Administração não implica dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para a Administração.
- 13.6. O licitante vencedor obriga-se a substituir, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento da notificação efetuada pela Administração, o objeto entregue e aceito, comprovada a existência de incorreções e defeitos, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização.
- 13.6.1. Findo este prazo serão aplicadas as sanções previstas neste ato convocatório e na legislação pertinente.

14.0 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. O investimento para a aquisição do equipamento objeto desta contratação ocorrerá por conta do Programa de Trabalho 10.571.0004.2.556.0000-Manutenção do Serviço de Verificação de Óbitos, PI 000502 - PTRES 200106, Elemento de Despesa 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente, Fonte de Recursos 0291 (Recursos Próprios).

15.0 DO REAJUSTE

15.1. Os preços contratados em decorrência da presente licitação não estão sujeitos a reajustamento.



16.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. A Administração poderá, garantida a prévia defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções AS LICITANTES, conforme disposições do Decreto Estadual 4.054/2008, que define os procedimentos cabíveis:
- a) **ADVERTÊNCIA**, por escrito sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;
- b) MULTA de 15 % sobre o valor total do contrato, em caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente;
- c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO Direta, Autárquica e Fundacional, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Alagoas, nos seguintes casos e prazos:
- I por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo da Advertência, expedida pelo Diretor-Presidente da Agência de Modernização da Gestão de Processos AMGESP ou pelo ordenador de despesas do órgão ou entidade interessada ou outra autoridade competente, nos termos da lei, a licitante ou contratada permanecer inadimplente;
- II por até 90 (noventa) dias quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no Edital, os documentos exigidos, quer, via fax ou Internet, de forma provisória, quer, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- III por até 12 (doze) meses quando a licitante ou contratada ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal; e IV por até 5 (cinco) anos, quando a licitante ou contratada:
- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem indevida;
- b) praticar atos ilegais ou imorais visando frustrar os objetivos da licitação ou da contratação; ou
- c) for multada, conforme o disposto no artigo anterior, e não efetuar o pagamento.
- d) **DESCREDENCIAMENTO ou PROIBIÇÃO DE CREDENCIAMENTO** no Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Estado de Alagoas, como sanção acessória à aplicação da **SUSPENSSÃO TEMPORÁRIA e IMPEDIMENTO**.



- d.1- Também se aplicam as sanções de descredenciamento ou de proibição de credenciamento às licitantes ou contratadas que, para registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas, apresentem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados ou, ainda, por quaisquer outros meios, pratiquem atos ilegais ou imorais, sem prejuízo da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 8º deste Decreto.
- e) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração, garantida a ampla defesa e o contraditório.
- 16.2. Poderão ser aplicadas aos LICITANTES VENCEDORES DO CERTAME as seguintes sanções, caso este se recuse a executar o(s) objeto(s) a ele vinculado(s), dentro do prazo e condições previstas, nos termos do Decreto Estadual n.º 4.054/08:
- a) ADVERTÊNCIA, por escrito sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para os quais tenha concorrido;
- b) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com a administração direta, autárquica e fundacional, as empresas públicas e sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo estado de alagoas;
- c) MULTA, conforme descrito a seguir:
- I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, pelo atraso, na entrega do bem, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondentes a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, pelo atraso na entrega de do bem, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão ou entidade interessada, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- III 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;
- IV 15% (quinze por cento) pela recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, em entregar total ou parcialmente o material, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente;
- V 15% (quinze por cento) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato e/ou registro; e
- VI 20% (vinte por cento) pelo não cumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto quanto ao prazo de entrega, calculados sobre o valor total do registro do contrato.



- d) DESCREDENCIAMENTO ou PROIBIÇÃO DE CREDENCIAMENTO no sistema de cadastramento de fornecedores do estado de alagoas, como sanção acessória à aplicação da suspensão temporária e impedimento.
- d.1- Também se aplicam as sanções de descredenciamento ou de proibição de credenciamento às licitantes ou contratadas que, para registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas, apresentem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados ou, ainda, por quaisquer outros meios, pratiquem atos ilegais ou imorais, sem prejuízo da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 8º deste Decreto.
- e) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração, garantida a ampla defesa e o contraditório.
- 16.3. A LICITANTE VENCEDORA deverá apresentar justificativa por escrito, caso não possa cumprir os prazos estipulados, ficando a critério da Administração a sua aceitação, nas seguintes hipóteses:
- a) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- b) impedimento da execução deste contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela **LICITANTE VENCEDORA** em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 16.3.1. vencido(s) o(s) prazo(s) renegociado(s) sem adimplemento das obrigações pendentes, será aplicada à sanção de que trata o subitem 16.2, alínea "c".
- 16.4. Pela inexecução total da obrigação, a Administração rescindirá o contrato por ventura celebrado, aplicando multa de que trata o subitem 16.2, alínea "c, VI" sobre o valor contratado, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções cabíveis a espécie;
- 16.5. Nenhuma penalidade será aplicada sem a concessão da oportunidade de defesa por parte do licitante, na forma da lei.
- 16.6. As sanções administrativas acima referidas poderão ser aplicadas sem prejuízo daquelas criminais definidas em Lei.

17.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Todas as obrigações a serem ajustadas pelas partes e suas respectivas penalidades estão previstas na minuta de contrato, Anexo III.



- 17.2. As licitantes ficam cientes de que é reservado à Administração o direito de apresentar redução ou acréscimo, no volume dos quantitativos de fornecimento, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sem que caiba à licitante vencedora o direito a qualquer reclamação.
- 17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.4. O edital estará disponível no site www.licitacoes-e.com.br.
- 17.5. A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.
- 17.6. Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente na UNCISAL e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 17.7. A presente licitação, no interesse da Administração, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre por despacho fundamentado.
- 17.8. Os casos omissos serão decididos, conforme o caso, pelo (a) Pregoeiro (a) ou Autoridade Competente, com base na legislação vigente.
- 17.9. As licitantes poderão colher informações adicionais eventualmente necessárias sobre o certame, junto a Comissão Permanente de Licitação da UNCISAL, situada na Rua Jorge de Lima, n.º 113, Sala da Comissão Permanente de Licitação, Bairro do Trapiche da Barra, nesta Capital, no horário das 09 às 13 horas.
- 17.10. Ao receber o edital a licitante deverá declarar o endereço em que recebe notificações, n.º do fax, e-mail, obrigando-se a comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputarse válida a notificação encaminhada ao endereço e/ou fax fornecido.
- 17.11. A participação nesta licitação implica no total conhecimento e na plena aceitação dos termos e condições neste edital e seus anexos, bem como as normas administrativas vigentes.
- 17.12. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar datados dos últimos sessenta (60) dias até a data de recebimento dos envelopes, quando não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor, excetuando-se os atestados de capacidade técnica.
- 17.13. O pregoeiro poderá relevar omissões meramente formais, desde que não reste infringido o princípio de vinculação a este Edital nos termos da legislação pertinente.



- 17.14. Os licitantes se submetem aos termos da Lei Estadual n.º 6.539/04.
- 17.15. O licitante vencedor cujo estabelecimento esteja localizado no Estado de Alagoas poderá, desde que opte por se beneficiar com as disposições da Lei Estadual n.º 6.539/04 estará obrigado a emitir sua Nota Fiscal com a descrição da isenção recebida, finalizando sua emissão com destaque no fato de que o preço a ser pago pela Administração representa o valor da proposta comercial vencedora subtraído o respectivo valor do ICMS.

Maceió, 01 setembro de 2009.

JORGE MARIO BARBOSA DE CARVALHO
Pregoeiro



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL-06/2009

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (MICROTOMO ROTATIVO DE ALTA PERFORMANCE)
DESTINADO AO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO/UNCISAL.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS E QUANTITATIVO DO OBJETO

ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO.	QUANTIDADE
01	MICRÓTOMO ROTATIVO, Descrição: De alta-performance; Para cortes seqüenciais	01
	de materiais incluídos em parafina, com as seguintes características: Seletor de espessura	
	de corte de 0.5 a 60 micrômetros, integrado no painel frontal; Sistema selecionável de	
	cortes precisos, sendo: De: 0 a 2 microns – divisão em 0,5 microns, de: 2 a 10 microns –	
	divisão em 1 microns., de: 10 a 20 microns – divisão em 2 microns, de: 20 a 60 microns	
	- divisão em 5 microns; Deslocamento horizontal de 28mm e vertical de 60mm,	
	permitindo corte de materiais de grande área; Sistema para travamento do volante em	
	qualquer posição; Sistema de segurança com trava mecânica adicional para travamento	
	do volante na posição de "12 horas"; Sistema micrométrico de avanço equipado com	
	catraca de alta precisão. Guias verticais com sistema de deslizamento por meio de	
	roletes, livre de lubrificação periódica. Mecanismo manual para avanço macrométrico do	
	porta-amostra. Sistema orientável de fixação e troca rápida do porta-amostras; Sistema	
	de retração do porta-amostras durante o retorno à posição inicial de corte, evitando o	
	contato entre a amostra e a navalha - retração de 220 micrômetros. Mecanismo de	
	desbaste rápido por meio de deslocamento vertical da alavanca ergonômica, integrada na	
	parte inferior esquerda do painel frontal para maior conforto do operador - contém 2	
	passos para 10 ou 50 micrômetros de desbaste. Porta-amostras com trava para fixação de	
	blocos com até 50 x 55mm. Sub-base com deslocamento lateral de 20mm para a	
	esquerda e 20mm para a direita para maior aproveitamento da navalha. Suporte E para	
	navalhas descartáveis com inclinação ajustável, equipado com protetores de segurança.	
	Caixa de navalhas descartáveis para corte de inclusões em parafina (50/cx); Capa de	
	proteção e respectivo manual de instruções.	



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL-06/2009

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (MICROTOMO ROTATIVO DE ALTA PERFORMANCE) DESTINADO AO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO/UNCISAL

ANEXO II

	MODELO DE PROPO	STA COMERCIAL
Razão Social da Licitante:		
Endereço:		<i>C</i> EP
Telefone:	FAX:	E-Mail:

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

т					PREÇO expresso em R\$	
tem	DESCRIÇÃO	Marca e modelo:	Unid.	Quant	UNITÁRIO	TOTAL
01	XXXXXXXXX		Unidade	XX		
	TOTAL GERAL					

GARANTIA: A licitante DECLARA que o prazo de GARANTIA total de funcionamento em condições adequadas de uso, será de 12 (doze) meses consecutivos para os bens ofertados, após data de recebimento definitivo dos bens, incluindo fornecimento de mão-de-obra e quaisquer peças ou componentes necessários ao perfeito funcionamento do objeto, sem custos adicionais, excetuando-se casos fortuitos, de força maior, acidentes e mau uso da Administração.

PRAZO DE ENTREGA: será de no máximo até 30 (trinta) dias, a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho.

VALIDADE DA PROPOSTA: O Prazo de Validade desta Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da abertura deste Certame.

PRAZO DE PAGAMENTO: A licitante **DECLARA** que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO III deste Edital.

CONTA BANCÁRIA: Banco XXXXX, Agência XXXX, Conta Corrente XXXXX.

Declaro:

- 1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.
 - 2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos

Local e data

(Nome e assinatura do responsável pela proponente em papel timbrado da empresa)



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL-06/2009

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (MICROTOMO ROTATIVO DE ALTA PERFORMANCE)
DESTINADO AO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO/UNCISAL

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE ALAGOAS, POR INTERMÉDIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIENCIAS DA SAÚDE -UNCISAL, E A EMPRESA......

CONTRATO N.º UNCISAL-XXX/2009

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado, O ESTADO DE ALAGOAS, pessoa jurídica de direito público, por intermédio da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, órgão da Administração Indireta, inscrita no CNPJ n.º XXXXXXXXX, com sede à Rua XXXXX, n.º XX, XXXX, Maceió, Alagoas, CEP XXXXXXXX, neste ato representada por seu Reitor Sr., XXXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, doravante designada CONTRATANTE, conforme autorização governamental publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas, edição do dia xx de xxxxxxxx de 2009, e do outro lado, a empresa, sediada à, inscrita no CNPJ sob n.º Inscrição Estadual n.º, neste ato representada por seu Diretor e/ou Procurador, Sr. RG n.° CPF n.° doravante designada CONTRATADA, mediante as cláusulas e condições do edital de PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL-06/2009 e seus anexos, no Decreto Estadual n.º 1.424 de 22 de agosto de 2003. pela Lei Federal n. 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n.º 6.582 de 18 de março de 2005, Decreto Estadual n.º 2.750 de 26 de agosto de 2005, Lei Estadual n.º 6.539 de 3 de dezembro de 2004, Decreto Estadual 4.054/2008, subsidiariamente pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações estabelecidas nas Leis Federais 8.883/94, 9.648/98 e 11.196/05 e Lei Estadual nº 5.237/91 e nos procedimentos para licitação, acordam o presente contrato conforme seque:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objetivo a aquisição de equipamento (Micrótomo Rotativo de Alta Performance) destinado ao Serviço de Verificação de Óbito/UNCISAL, com as descrições contidas no instrumento convocatório que originou esta contratação e proposta de preços da CONTRATADA.



1.2. A previsão orçamentária para a execução do objeto acima referido, constitui-se de recursos financeiros provenientes do orçamento da Universidade Estadual de Ciência da Saúde de Alagoas - UNCISAL.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

- 2.1. Para todo e qualquer efeito jurídico, constituem partes integrantes e indissociáveis do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:
- a) Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL- 06/2009 e seus anexos;
- b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO LOCAL DE ENTREGA

- **3.1**. O objeto desta contratação inclui o compromisso de entrega na cidade de Maceió à Rua Jorge de Lima, 113 Trapiche da Barra, não podendo exceder 30 (trinta) dias, a contar da data da ordem de fornecimento acompanhada da competente nota de empenho.
- **3.2.** O objeto desta licitação será recebido por servidores da UNCISAL, conforme descrito abaixo:
- a) provisoriamente, contra recibo, para posterior exame e comprovação de sua conformidade com as especificações do Edital;
- b) definitivamente, depois de confirmada a qualidade do objeto e sua conseqüente aceitação.
- **3.3**. Caso a data do recebimento coincida com dia em que não haja expediente na UNCISAL, ficará automaticamente transferido para o primeiro dia útil imediatamente posterior.
- 3.4. Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá a responsabilidade legal da CONTRATADA pela qualidade do objeto fornecido.
- 3.5. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para a **CONTRATANTE**.



- **3.6.** A CONTRATADA obriga-se a substituir, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação efetuada pela CONTRATANTE, o objeto entregue e aceito, comprovada a existência de incorreções e defeitos, cuja verificação somente venha a se dar quando de sua utilização.
- 3.6.1. Findo este prazo será aplicado o que disciplina a Cláusula Nona deste instrumento contratual

4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

- 4.1. O valor global deste contrato é de R\$ XXXXX (XXXXXXXX).
- 4.2. O valor unitário do (s) bem (s) adquiridos é de R\$ xxxxx (xxxx).

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **5.1** O pagamento será efetuado pela UNCISAL, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento definitivo do bem, mediante a apresentação da Nota Fiscal e atesto do gestor da contratação.
- **5.2** O pagamento fica condicionado à comprovação de que a **CONTRATADA** encontra-se adimplente com a Fazenda Pública Estadual.
- **5.3** Nenhum pagamento será feito sem que a **CONTRATADA** apresente certidão negativa atualizada de débitos junto à Fazenda Estadual e tenha recolhido o valor de multa eventualmente aplicada.
- **5.4.** A **CONTRATANTE** se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de uso e/ou de acordo com as especificações estipuladas neste instrumento contratual, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal enquanto não forem sanadas tais incorreções.
- **5.5**. A emissão antecipada do documento fiscal não implicará adiantamento para o pagamento da obrigação.
- 5.6. Havendo erro na nota fiscal, a mesma será devolvida à CONTRATADA.



- 5.6.1. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada à CONTRATADA, ficando o pagamento pendente até que se providenciem as medidas saneadoras.
- **5.6.2.** Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.
- **5.7.** Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário em conta corrente da **CONTRATADA**, Banco XXXXXX, agência XXXXXXX, conta corrente n.º XXXXXXX.
- **5.8.** Caso a **CONTRATADA** não apresente a certidão exigida no item **5.3.**, ou seja, verificada, a qualquer tempo, a irregularidade fiscal, o pagamento devido será suspenso.
- **5.9.** A **CONTRATADA** cujo estabelecimento esteja localizado no Estado de Alagoas poderá, desde que opte por se beneficiar com as disposições da Lei Estadual n.º 6.539/04 estará obrigado a emitir sua Nota Fiscal com a descrição da isenção recebida, finalizando sua emissão com destaque no fato de que o preço a ser pago pela Administração representa o valor da proposta comercial vencedora subtraído o respectivo valor do ICMS.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1.1. O investimento para a aquisição do equipamento objeto desta contratação ocorrerá por conta do Programa de Trabalho 10.571.0004.2.556.0000-Manutenção do Serviço de Verificação de Óbitos, PI 000502 - PTRES 200106, Elemento de Despesa 4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente, Fonte de Recursos 0291 (Recursos Próprios).

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 7.1.1. Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da **CONTRATANTE** ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- **7.1.2**. Efetuar os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato por sua conta, na forma do art. 75 da Lei 8666/93 com as alterações da Lei 8883/94.



- 7.1.3. responsabilizar-se pelos salários, encargo social, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto deste contrato;
- 7.1.4. responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, tendo como agente a **CONTRATADA**, na pessoa de prepostos ou estranhos:
- **7.1.5**. substituir, reparar ou repor o objeto ou parte dele considerada defeituoso, ou rejeitado pelo gestor desta contratação e/ou que venha a apresentar defeitos graves de fabricação ou ainda que tenha sido danificado pela **CONTRATADA** ou preposto seu;
- **7.1.6.** promover a entrega dos bens no prazo, local e condições propostas na licitação e neste contrato, sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**;
- 7.1.7. observar para transporte, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas à embalagens, volumes, etc.;
- 7.1.8. responsabilizar-se por todos os ônus, relativos ao fornecimento dos bens a si adjudicados, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino;
- **7.1.9**. observar rigorosamente todas as especificações técnicas, gerais, descritas no Anexo I do Edital que originou esta contratação e de sua proposta;
- **7.1.10.** responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da **CONTRATANTE**;
- 7.1.11. responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza impostas à **CONTRATANTE** em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição deste contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Constituem atribuições da CONTRATANTE
- **8.1.1**. promover o recebimento do objeto do presente contrato nos prazos fixados para tal;
- 8.1.2. pagar, no vencimento, o valor do fornecimento acordado;



- **8.1.3**. zelar pela boa operação e pelos bons cuidados com os materiais, zelando para que pessoas não autorizadas ou qualificadas manuseiem;
- **8.1.4.** fornecer à **CONTRATADA** a relação de servidores e unidades autorizadas a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar os relatórios de visita, quando necessário.
- **8.1.5.** Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, no Diário Oficial do Estado da Alagoas, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, contanto que isto ocorra dentro de 20 dias a contar da referida assinatura.

9. CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. Em casos de inexecução parcial ou total injustificada das condições pactuadas neste contrato, garantida a **prévia defesa** e o **contraditório**, ficará a **CONTRATADA** sujeita às seguintes sanções conforme disposições do Decreto Estadual 4.054/2008, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu (s) ato (s) ensejar (em):
- a) ADVERTÊNCIA, por escrito, sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

b) MULTA de:

- I 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, pelo atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondentes a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia, pelo atraso na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão ou entidade interessada, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- III 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;
- IV 15% (quinze por cento) pela recusa injustificada em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, em entregar total ou parcialmente o material ou em concluir o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente;
- V 15% (quinze por cento) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho; e



- VI 20% (vinte por cento) pelo não cumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto quanto ao prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato ou da Nota de Empenho.
- c) SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e IMPEDIMENTO DE CONTRATAR com a administração direta, autárquica e fundacional, as empresas públicas e sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo estado de alagoas.
- d) **DESCREDENCIAMENTO ou PROIBIÇÃO DE CREDENCIAMENTO** no sistema de cadastramento de fornecedores do estado de alagoas, como sanção acessória à aplicação da suspensão temporária e impedimento.
- d.1- Também se aplicam as sanções de descredenciamento ou de proibição de credenciamento às licitantes ou contratadas que, para registro no sistema de cadastramento de fornecedores do Estado de Alagoas, apresentem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados ou, ainda, por quaisquer outros meios, pratiquem atos ilegais ou imorais, sem prejuízo da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 8º deste Decreto.
- e) **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração, garantida a ampla defesa e o contraditório.
- 9.2. A CONTRATADA deverá apresentar justificativa por escrito, caso não possa cumprir os prazos estipulados, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação, nas seguintes hipóteses:
- a) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- b) impedimento da execução deste contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 9.3. Pela inexecução total da obrigação, a **CONTRATANTE** rescindirá o contrato e aplicará multa constante do item 9.1., "b", V deste instrumento.
- 9.4. As multas devidas pela **CONTRATADA** serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da **CONTRATANTE**, ou cobradas judicialmente.
- 9.5. Se a **CONTRATADA** inadimplente não tiver valores a receber da **CONTRATANTE**, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.



- 9.6. A aplicação de multas, bem como a rescisão de contrato, não impedem que a **CONTRATANTE** aplique à **CONTRATADA** as demais sanções previstas no item 9.1 deste instrumento contratual.
- 9.7. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

10. CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO

- 10.1. A CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos e formas:
- 10.1.1. Ocorrendo:
- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, projetos e prazos;
- c) a lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- d) o atraso injustificado no início do fornecimento;
- e) a paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;
- f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- g) o desatendimento das determinações regulares do gestor contratual, assim como as de seus superiores;
- h) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- i) a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO (se pessoa física ou firma individual);
- j) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- **k)** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- I) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.



10.1.2. De modo:

- a) unilateral, por meio de documento escrito da Administração, nos casos enumerados nas alíneas "a" à "k" do item 10.1.1, supra,
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo administrativo que originou esta contratação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação pertinente;

11. CLÁUSULA ONZE - DA COBRANÇA JUDICIAL

11.1. As importâncias devidas pela **CONTRATADA** serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

12. CLÁUSULA DOZE - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1. O prazo de vigência deste contrato será de 60 dias, contados a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

13. CLÁUSULA TREZE - DA VINCULAÇÃO A LICITAÇÃO

13.1. O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL-06/2009, ao qual se vincula, bem como aos termos da proposta de preços da **CONTRATADA**, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo n.º 41010-6139/2009.

14. CLÁUSULA QUATORZE - DO GESTOR

14.1. A CONTRATANTE nomeia e constitui neste ato o Servidor Henrique de Oliveira Costa, Matrícula nº 500.641-4, Gerente do Serviço de Verificação de Óbito, gestor desta contratação.



14.2. O gestor deste contrato terá, entre outras, as seguintes atribuições: expedir ordens de fornecimento; proceder ao acompanhamento técnico do fornecimento; fiscalizar a execução do contrato quanto a qualidade desejada; comunicar a CONTRATADA sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento; solicitar a Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual; fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais; atestar as notas fiscais de fornecimento para efeito de pagamentos.

15. CLÁUSULA QUINZE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. A CONTRATADA e a CONTRATANTE respondem integralmente, sem qualquer ordem de preferência, pela perfeita execução das cláusulas ajustadas, até o fiel cumprimento do presente contrato.
- 15.2. Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou ao exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.
- 15.3. As disposições complementares que não criarem ou alterarem direitos ou obrigações das partes, serão formalizadas através de acordos epistolares, assinados por seus representantes credenciados.
- 15.4. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias à compra, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, podendo tais supressões serem maiores em virtude de acordo entre as partes.
- 15.5. O preço acordado neste contrato será fixo e irreajustável durante a vigência contratual.
- 15.6.A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a vigência contratual, em compatibilidade pelas obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório que deu origem a esta contratação.
- 15.7. A CONTRATADA reconhece todos os direitos da CONTRATANTE em caso de eventual rescisão contratual.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

16.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Maceió - AL, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, das testemunhas.



E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme para a produção dos seus jurídicos e legais efeitos.

Maceió,	de	de 2009.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	X	
CONTRATANTE		
		Representante Legal
		CONTRATADA
ESTADO DE ALAGOAS		
<i>G</i> ESTOR		
ASSINATU	IRA DAS	TESTEMUNHAS
NOME	••	NOME
CPF N °		CPF N °



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL-06/2009

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (MICROTOMO ROTATIVO DE ALTA PERFORMANCE) DESTINADO AO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO/UNCISAL

ANEXO IV		
DECLARAÇÕES DE HABILIT	'AÇÃO	
Razão Social da Licitante:	CNPJ:	
1. DECLARAÇÕES: 1.1. A licitante DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem FATOS IMPEDITIVOS para sua habilitação no processo licitatório, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº UNCISAL-06/2009, realizado pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; 1.2. A licitante DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99) Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () Obs.: se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição. Maceió/AL,		
Representante legal da Licitante		



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º UNCISAL-06/2009

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO (MICROTOMO ROTATIVO DE ALTA PERFORMANCE) DESTINADO AO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO/UNCISAL

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP

A empresa,	inscrita no CNPJ sob o n°,
sediada no endereço, nº	,, telefone/fax n°, por
intermédio do seu representante legal Sr(a)	, portador(a) da Carteira de
Identidade n° SSP/ e do CPF n° .	, DECLARA, sob as penas da
lei, de que cumprem os requisitos do art. 3º da Le i	i Complementar 123/06 para qualificação
como microempresa ou empresa de pequeno porte,	estando apta a usufruir do tratamento
favorecido estabelecido nos arts. 42 à 45 da mesma L	ei Complementar.

Local e data

(Nome e assinatura do responsável pela proponente em papel timbrado da empresa)

*Esta declaração deve ser acompanhada pela Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial o domicílio da licitante.